DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE (DPE/AC)

VI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE NÍVEL I

PROVA ORAL

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PONTO 2: DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI N.º 8.069/1990 E SUAS ALTERAÇÕES)

Com base na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), discorra sobre a doutrina da proteção integral a crianças e adolescentes, inclusive na hipótese de apreensão em razão da prática de ato infracional.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

3 Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal. 4 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990 e suas alterações).

PADRÃO DE RESPOSTA

A doutrina da proteção integral é prevista nos arts. 1.º, 3.º e 4.º do ECA e está implícita no art. 227 da Constituição Federal de 1988.

A proteção integral, constitucional e legalmente prevista, é aplicável a todas as crianças e a todos os adolescentes, independentemente de sua origem, de sua posição social ou de possível envolvimento em ilícitos. Aplica-se-lhes, apenas e tão somente, por sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento. A circunstância do seu possível envolvimento com a prática de ato infracional não afasta os direitos e as garantias enunciados pela doutrina da proteção integral.